



# CONTRATO

**COMERCIAL DE VEICULOS ZUM LTDA**

CNPJ 66.192.634/0001-00

CURITIBA | 1 de agosto de 2024

Tributo**Justo**

## INSS PATRONAL

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços de consultoria tributária, de um lado, **COMERCIAL DE VEICULOS ZUM LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 66.192.634/0001-00, sediada à Avenida Jose Joao Dib, nº 2333 – Bairro Progresso, Ituiutaba/MG, CEP 38302-000, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, **TRIBUTO JUSTO - TECNOLOGIA, CONSULTORIA E AUDITORIA TRIBUTARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ sob o nº 51.979.018/0001-18, com sede à Avenida Anita Garibaldi, nº 2480 - São Lourenço, Curitiba/PR, CEP 82200-550, **TRIBUTO JUSTO - MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 38.661.672/0001-10, com sede à Avenida Anita Garibaldi, nº 2480 - São Lourenço, Curitiba/PR, CEP 82200-550, **WHP – CONSULTORIA TRIBUTÁRIA E EMPREARIAL EIRELLI**, inscrita no CNPJ nº: 30.317.269/0001-67, com sede à Rua Mercedes Stresser, nº 166, Bairro Alto, Curitiba-PR, CEP: 82820-240, doravante denominadas simplesmente **CONTRATADAS**, têm, entre si, como justo e contratado, o que se segue:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária e administrativa na execução dos serviços, consistentes em:

**Item 1** – Análise, levantamento de dados e documentos para apuração, e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto a “RFB – Receita Federal do Brasil, referente ao INSS” a título de “Contribuição Previdenciária Patronal – contribuições para terceiros”, **visando diminuir e/ou isentar, quando legal, a carga tributária incidente** sobre as seguintes exações, conforme já esclarecido em parecer técnico apresentado:

- a) **Categoria A** – auxílio-educação; salário família; salário maternidade; aviso prévio indenizado; 15 primeiros dias auxílio-doença/acidente. “RAT – Risco Ambiental de Trabalho” (RAT + FAT) com a “redução das alíquotas de grau de risco, consoante anexo V do Decreto nº 3048/1999”, com vigência a partir de “janeiro de 2008”.

**b) Categoria B** – vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico, e farmácia.

**c) Categoria C** – gratificações; adicional de insalubridade; DSR, 13º indenizado, IRRF e INSS.

**d) Categoria D** – Contribuições Parafiscais (Sistema S, Incra, Salário Educação).

**Item 2** – Interposição de medidas administrativas e judiciais, que se fizerem necessárias ao bom cumprimento do objeto acima, junto aos órgãos e jurisdições competentes, com o acompanhamento até a decisão final, de trânsito em julgado.

## CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**2.** Durante o período de vigência do presente instrumento, e sem prejuízo das demais obrigações assumidas, a **CONTRATANTE** obriga-se a:

**2.1** Fornecer às **CONTRATADAS** as informações, dados técnicos e documentos indispensáveis à prestação dos serviços estabelecidos na cláusula primeira, conforme for solicitado.

**2.2** Se responsabilizar pela autenticação e veracidade das informações prestadas e as constantes nos documentos supracitados, uma vez que a partir delas que as **CONTRATADAS** desempenharão seus serviços;

**2.3** Informar quaisquer procedimentos administrativos realizados com o mesmo objeto daquele a ser recuperado pelas **CONTRATADAS**, bem como declaram que até a presente data não tem ação em trâmite na esfera judicial com o mesmo objeto tratado nesse contrato;

**2.4** Garantir acesso aos sistemas, emitindo procuração ou fornecendo certificado digital, às **CONTRATADAS** durante todo o período de vigência do contrato, atualizando e concedendo as permissões sempre que solicitado pelas **CONTRATADAS**;

**2.5** Garantir, às **CONTRATADAS**, autonomia de trabalho, com livre acesso a livros, documentos e anotações que se relacionam direta ou indiretamente ao objeto do contrato, colocando, ainda, suas estruturas de recursos humanos, jurídica e contábil à disposição das **CONTRATADAS**.

**2.6** Informar e encaminhar à CONTRATADA, em até 48 (quarenta e oito) horas, através do e-mail **sac@tributojusto.com.br**, o recebimento de eventuais pedidos de esclarecimento, notificações e intimações provenientes da Receita Federal do Brasil (RFB), para que as **CONTRATADAS** possam fazer a análise técnica e os procedimentos necessários, no prazo estabelecido em lei;

**2.7** Realizar o pagamento dos serviços contratados, na forma e no prazo estabelecidos na cláusula quinta sob pena das consequências da cláusula décima primeira;

**2.8** Não realizar, durante o período de compensação dos créditos tributários, o pagamento das respectivas guias a serem compensadas, sob pena de pagamento adicional para a retificação, nos moldes da cláusula 2.13;

**2.9** Não ingressar com processo judicial para discutir as mesmas verbas que estão em recuperação administrativa no presente contrato;

**2.10** Caso a **CONTRATANTE** realize procedimentos fora dos padrões e orientações fornecidos pelas **CONTRATADAS**, ou forem identificadas incorreções na documentação utilizada como base para o desenvolvimento do presente trabalho, que comprometam a quantificação e qualidade do trabalho desenvolvido, a **CONTRATANTE** se responsabilizará integralmente pela sua própria defesa e danos decorrentes;

**2.11** Realizar as demais compensações dos créditos objetos deste contrato **EXCLUSIVAMENTE** com as **CONTRATADAS** até o esgotamento dos referidos créditos, independentemente de hipóteses do Poder Judiciário, seja por qualquer de suas instâncias, ao reconhecer *erga omnes* (a favor de todos) o crédito levantado, bem como se houver edição de lei (ou outro instrumento legal) que também faça idêntico reconhecimento do crédito;

**2.12** Abster-se de realizar quaisquer procedimentos administrativos ou judiciais com o que englobem o objeto deste contrato e/ou informar a existência de procedimentos administrativos ou judiciais anteriores;

**2.13** Não realizar o pagamento das respectivas guias a serem compensadas. Caso haja o pagamento no período da utilização de créditos e não informado antecipadamente às **CONTRATADAS**, será cobrado um valor adicional de honorários para retificação das guias para seu valor original, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

**2.14** Arcar, em caso de descumprimento dos itens 2.8 e 2.9, com os honorários integrais sobre o valor dos créditos residuais autorizados por ventura não compensados, estando

sujeitas à negativação, protesto, execução imediata, além de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo índice vigente (IGPM-FGV) à época da inadimplência.

## CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DAS CONTRATADAS

**3.** Durante o período de vigência do presente instrumento, e sem prejuízo das demais obrigações assumidas, as **CONTRATADAS** obrigam-se a:

**3.1** As **CONTRATADAS** se comprometem a realizar uma análise detalhada dos registros contábeis e fiscais, documentos e informações fornecida pela **CONTRATANTE**, a fim de identificar oportunidades de recuperação de créditos tributários, conforme estabelecido na cláusula primeira;

**3.2** Após o envio da documentação e acessos mencionados na cláusula 2.3, as **CONTRATADAS** apresentarão à **CONTRATANTE** os valores e natureza das verbas passíveis de recuperação, considerando a legislação vigente e a jurisprudência aplicável;

**3.3** Após a autorização da **CONTRATANTE**, as **CONTRATADAS** poderão efetuar as efetivas providências para dar seguimento aos pedidos de compensação;

**3.4** As **CONTRATADAS** serão responsáveis por representar a **CONTRATANTE** perante órgãos administrativos e, se necessário, em processos judiciais estritamente relacionados ao objeto deste contrato;

**3.5** As **CONTRATADAS** deverão acompanhar os processos administrativos e judiciais, estritamente relacionados ao objeto deste contrato, mantendo a **CONTRATANTE** informada sobre o andamento e adotando as medidas necessárias para a recuperação dos créditos;

**3.6** As **CONTRATADAS**, na execução dos serviços contratados, seguirão a legislação regente da matéria, especialmente as orientações estabelecidas pela Instrução Normativa nº 2055/2021 da Receita Federal do Brasil (RFB) e a jurisprudência do poder judiciário e do Conselho administrativo de recursos fiscais (CARF);

**3.7** As **CONTRATADAS** se comprometem a manter a **CONTRATANTE** atualizada a respeito das alterações legislativas, jurisprudenciais (administrativa e judicial) e posicionamentos da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comunicando a **CONTRATANTE** em caso de qualquer modificação do grau de risco das objeto.



**3.8** As **CONTRATADAS** se obrigam a explicar à **CONTRATANTE** a pertinência e relação dos documentos e acessos solicitados desta, sempre que questionadas. Se não justificada a relação da documentação e acesso solicitado e o escopo desse contrato, a **CONTRATANTE** poderá negar a solicitação das **CONTRATADAS**;

**3.9** As **CONTRATADAS**, desde já, se comprometem, e deixam ciente à **CONTRATANTE**, que não realizará a recuperação das verbas previstas na cláusula primeira caso, ao longo do contrato, prevalecer decisão dos Tribunais Superiores desfavorável aos interesses das partes.

**3.10** Enviar mensalmente à **CONTRATANTE**, o boleto de pagamento dos honorários após a compensação de cada mês, observando a data de vencimento do tributo devido pela **CONTRATANTE**, estando inclusa todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, fretes, seguros, locomoção, relacionadas com a prestação dos serviços contratados.

**3.11** As **CONTRATADAS** se responsabilizam apenas pelos procedimentos decorrentes deste contrato, eximindo-se do que for alheio ao objeto da presente prestação de serviços, ficando a **CONTRATANTE** integralmente responsável por eventuais impedimentos decorrentes de outra prestadora de serviços;

**3.12** Prestar seus serviços profissionais à **CONTRATANTE** nas áreas administrativas, judiciais e contábeis, estritamente relacionados ao objeto deste contrato;

**3.13** As **CONTRATADAS** se responsabilizam pela apuração e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto a “RFB – Receita Federal do Brasil, referente ao INSS” a título de “Contribuição Previdenciária Patronal”, conforme descrito na cláusula primeira;

**3.14** As **CONTRATADAS** se responsabilizam unicamente pela realização do procedimento de compensação ou restituição administrativa perante a Receita Federal, não recaindo sobre estas qualquer responsabilidade sobre o êxito na homologação, sendo ainda, isentas de eventuais ônus em relação ao procedimento realizado

**3.15** As **CONTRATADAS** se dispõem a sanar quaisquer dúvidas e questionamentos, bem como, atuar em fiscalizações, autos de infração, execuções fiscais e demandas judiciais relacionados ao objeto deste instrumento, sem limitação de prazo, haja vista sua responsabilidade sobre as compensações transmitidas;

**3.16** As **CONTRATADAS** responsabilizam-se por todo o procedimento operacional necessário para a recuperação dos créditos apurados.

## CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4. As **CONTRATADAS** atuarão na busca de recuperação de crédito tributário estritamente estabelecido na cláusula primeira;

4.1 Não haverá atuação em procedimentos administrativos ou judiciais que não esteja relacionado com objeto deste contrato;

4.2 A **CONTRATANTE** está ciente de que o presente contrato é de meio, e não, de resultado.

4.3 Caso não seja cumprido o item 2.5 ou em caso de exclusão de mensagens da caixa de entrada da **CONTRATANTE** no sistema e-CAC, sem o prévio envio as **CONTRATADAS**, estas não se responsabilizarão por eventuais reflexos ocasionados pela exclusão e tratativas diretas da **CONTRATANTE** com a Receita Federal;

4.4 As despesas com softwares e pessoal técnico para cumprimento da cláusula 3.1 serão exclusivamente das **CONTRATADAS**;

4.5 Após a análise das PER/DCOMPs mensais pela receita federal, as **CONTRATADAS** se responsabilizam pela realização do procedimento de compensação administrativa perante a receita federal.

## CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

5. Em contraprestação aos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará às **CONTRATADAS**:

5.1 O valor equivalente a 20% (vinte por cento) incidentes sobre o total do proveito econômico obtido, administrativa ou judicialmente, compreendendo-se como proveito econômico o valor que: a) receber como restituição; b) o valor que deixar de pagar; c) o valor que puder compensar; e d) eventuais valores recebidos por meio de precatório ou RPV, decorrente de ações judiciais promovidas pelas **CONTRATADAS**;

5.2 Fica ajustado a seguinte forma de pagamento:

a) O pagamento deverá ser efetuado aplicando-se o percentual acordado na cláusula 5.1, calculadas sobre o valor proveito econômico obtido no recebimento da restituição, Precatório, RPV ou da utilização do crédito mensal pela

**CONTRATANTE**, sendo demonstrado por meio de documentos comprobatórios, tais quais: Guias de Recolhimento; Extratos da FPM; Declarações para compensações e GFIP, DARF, e detalhamento das compensações enviadas no mês, em formato de memorial de cálculo, com os números de transmissão das PERD/COMPs, valores, verbas indenizatórias/remuneratórias, débitos e créditos, etc.

**b)** O pagamento dos honorários será calculado considerando o percentual acordado no contrato de prestação de serviço sobre os valores do crédito efetivamente recuperado pela **CONTRATANTE**. Os valores para os créditos serão corrigidos pela taxa SELIC mês a mês, sendo que a diferença nos honorários para essa correção será computada e cobrada mensalmente de acordo com a atualização dos créditos.

**5.3** Os pagamentos dos honorários deverão ser efetuados em até 5 dias úteis após a data do pagamento da DARF - Documento de Arrecadação de Tributos Federais, sendo enviado à **CONTRATANTE** o boleto de pagamento em até 3 (três) dias úteis após a compensação de cada mês, no percentual estabelecido na cláusula 5.1 sobre o valor total do benefício recuperado no mês, sendo que quaisquer custos adicionais relacionados a prestação de serviço (taxas, fretes, seguros, locomoção, etc.) serão arcados exclusivamente pelas **CONTRATADAS**.

**5.4** No caso de atraso no pagamento dos Honorários, incidirá multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% a.m. (um por cento ao mês).

**5.5** Persistindo o atraso no pagamento dos honorários no mês seguinte, as **CONTRATADAS** poderão suspender a execução dos serviços independentemente de notificação judicial ou extrajudicial até a regularização por parte da **CONTRATANTE**, eximindo-as inclusive de qualquer responsabilidade pelos danos causados no período da respectiva paralização; ou considerar rescindido o presente contrato, devendo, contudo, cumprir com as formalidades previstas no *item 10.2* do presente instrumento.

**5.6** Na hipótese de a **CONTRATANTE** requisitar a apresentação do memorial de cálculo *discriminado* às **CONTRATADAS** antes de findar a prestação de serviço pactuado neste instrumento particular, fixa-se que, em caso de solicitação de rescisão contratual, será devido integralmente os honorários avençados às **CONTRATADAS**, referente aos créditos não usufruídos, conforme apurado na memória de cálculo;



**5.7** Ressalta-se que eventuais despesas, custas de processos judiciais e honorários de sucumbência são de exclusiva responsabilidade da **CONTRATANTE**;

## CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

**6.** Para o fiel cumprimento das obrigações descritas na cláusula primeira e cláusula segunda deste instrumento, a **CONTRATANTE** estabelece com as **CONTRATADAS** como prazo de entrega dos serviços o esgotamento do crédito ou decisão final administrativa.

**6.1** O Presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura até o esgotamento do crédito tributário a ser recuperado ou da decisão administrativa irreformável.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

**7.** Constituem obrigações comuns as partes:

**7.1** Não existe ou existirá com a **CONTRATANTE**, a qualquer título, vínculo empregatício dos profissionais utilizados pelas **CONTRATADAS**, ou seus prepostos, para a realização deste contrato, da mesma maneira como não existe ou existirá com as **CONTRATADAS**, vínculo empregatício dos profissionais ou prepostos da **CONTRATANTE**;

**7.2** Nenhuma das **PARTES** é um representante legal ou agente legal da outra parte, exceto em caso de prévia outorga de procuração para objetivos estritamente relacionados ao cumprimento do objeto deste contrato;

**7.3** Nenhuma das **PARTES** assumirá ou criará quaisquer obrigações em nome da outra ou assumirá compromissos ou garantias além daquelas autorizadas, para o estrito cumprimento do contrato;

**7.4** Nenhuma das **PARTES** é sócia da outra parte, não sendo nenhuma das **PARTES** responsável por dívidas ou quaisquer outras responsabilidades assumidas pela outra parte;

**7.5** As **PARTES** declaram, sob as penas da lei, que os procuradores e/ou representantes legais abaixo subscritos encontram-se devidamente constituídos na forma dos respectivos Estatutos / Contratos Sociais, com poderes para assumir as obrigações, ora contraídas;

**7.6** As **PARTES** se obrigam a plena observância às legislações anticorrupção brasileira ou estrangeira aplicáveis, especialmente a Lei 12.846/2013.

**7.7** A **CONTRATANTE**, declara ciência acerca das verbas de níveis A, B, C e D, previstas na cláusula primeira, as quais possuem entendimento em tribunais e/ou conselhos fiscais/administrativos, de modo que, caso haja questionamentos, processos ou glosa por parte da Receita Federal, as **CONTRATANTES** contarão com a assessoria jurídica, contábil, administrativa e judicial, asseguradas nesse instrumento sem custo adicional.

**7.8** As **CONTRATADAS** não poderão ser responsabilizadas pelas decisões, assumindo apenas a prestação de serviços no que toca a defesa administrativa ou judicial da **CONTRATANTE**;

## CLÁUSULA OITAVA - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, NOTIFICAÇÕES E TERMOS DE INTIMAÇÃO DA RECEITA FEDERAL

**8.** A **CONTRATANTE** deverá enviar para as **CONTRATADAS** eventuais pedidos de esclarecimento, notificação ou termo de intimação recebida da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) ou poder judiciário para que então as **CONTRATADAS** realizem a análise técnica jurídica, contábil e fiscal;

**8.1** A tratativas contidas nesta cláusula referem-se a todo e qualquer contato, seja ele telefônico, por e-mail, presencial, carta, dentre outros, perante a Receita Federal/Auditor/Órgãos do Poder Judiciário;

**8.2** Se, após análise referida nesta cláusula, for constatado que o pedido de esclarecimento, notificação, termo de intimação da Receita Federal ou citações ou intimações do Poder Judiciário tenham relação com o objeto deste contrato, **cabará às CONTRATADAS** assumirem todas as respostas, defesas e recursos cabíveis, em fiscalização, auto de infração, execução fiscal e demanda judicial relacionado aos procedimentos por ela realizados;

**8.3** Caso a **CONTRATANTE** não cumpra as obrigações do *caput* da clausula oito, a **CONTRATADA** não será responsabilizada por eventuais reflexos ocasionados pela ausência ou tratativas diretas da **CONTRATANTE** com o órgão requerente;

**8.4** As **CONTRATADAS** se comprometem a realizar todos os contatos e tratativas administrativas e judiciais necessárias a respaldar o direito dos créditos da **CONTRATANTE**, caso ocorra o descrito no item 8.2, salvo se descumpridas as obrigações do *caput* da clausula oito;

**8.5** As **CONTRATADAS** se comprometem a manter a **CONTRATANTE** informada sobre todas as respostas, defesas, recursos e ações propostas, comunicando-a da linha de defesa adotada e dos andamentos relevantes dos processos administrativos e judiciais;

## CLÁUSULA NONA – DA CONFIDENCIALIDADE

**9.** As PARTES se comprometem a manter, sob absoluto sigilo e confidencialidade todos os estudos, relatórios, descrições técnicas, produtos, *softwares*, técnicas, estratégias, métodos de operação, pormenores, inovações, segredos comerciais, processos, arquivos eletrônicos, listagens de programa de computador, mensagens eletrônicas (e-mails), correspondências, dados econômico-financeiros, propostas comerciais, documentos administrativos, planilha de custos, contingências, planos estratégicos, demonstrações financeiras, dados sobre formação de preços, códigos fonte, dentre outros aqui não mencionados e quaisquer outros elementos, doravante denominadas **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, referentes às atividades das **PARTES**, de empresas a ela ligadas e de seus clientes, as quais tiveram ou vierem a ter acesso em decorrência do presente contrato, sendo expressamente vedado às **PARTES** direta ou indiretamente, divulgar, ceder ou transferir, a qualquer título e por qualquer forma, as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, sob pena de responsabilidade por perdas e danos;

**9.1** Obrigam-se as **PARTES** a notificarem prontamente as demais **PARTES** por escrito, anteriormente a qualquer divulgação em virtude de lei ou ordem judicial, ou ainda, na hipótese de ter havido uma divulgação não autorizada das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**;

**9.2** Este contrato vigorará com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018), sobre a qual as partes declaram ciência dos direitos, obrigações e penalidades estabelecidos. As **CONTRATADAS**, ainda, se obrigam a adotar todas as medidas adequadas para garantir a proteção dos dados e documentos da **CONTRATANTE**, em respeito à referida Lei;

**9.3** A obrigação assumida pelas **PARTES**, nesta cláusula, prevalecerá por 02 (dois) anos, ainda que não esteja mais vigente o presente instrumento, independentemente do motivo, comprometendo-se ambas as **PARTES**, quando assim solicitada pela outra, a imediatamente devolver quaisquer cópias, em qualquer meio, das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** que estejam em seu poder;

## CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

**10.** Fica estipulado que:

**10.1** Todas as trocas de informações e notificações exigidas sob o presente instrumento serão entregues pessoalmente, enviadas por carta registrada ou por e-mail, mediante aviso de recebimento pela outra parte ou transmitidas por fac-símile (com uma cópia de confirmação também enviada por carta registrada) para as **PARTES**, nos endereços especificados em suas qualificações, ou tais outros endereços que qualquer das **PARTES** informarem à outra por escrito;

**10.2** A falta ou o atraso por qualquer das PARTES sem exercer qualquer de seus direitos sob o presente instrumento não deverá ser considerada renúncia ou novação, e não afetará o subsequente exercício de tal direito, sendo certo que qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for especificamente outorgada por escrito;

**10.3** A invalidação ou anulação de qualquer das cláusulas ou parágrafos do presente contrato, por qualquer motivo, legal ou contratual, não invalidarão ou anularão as demais, que serão consideradas sempre vigentes;

**10.4** O presente instrumento, com fulcro no que reza o artigo 784, inciso II, do Código de Processo Civil pátrio vigente, constitui título executivo extrajudicial, por atender todos os requisitos legais;

**10.5** Os casos fortuitos e de força maior serão excludentes da responsabilidade de ambas as **PARTES**, de acordo com o que giza o artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil vigente.

**10.6** As cláusulas deste contrato que por sua natureza tenham caráter perene, especialmente, mas, não se limitando, as relativas às responsabilidades civis, trabalhistas, tributárias e previdenciárias, bem como direitos de propriedade intelectual e confidencialidade, entre outras, permanecerão válidas mesmo após a rescisão do presente contrato;

**10.7** As **PARTES** e as testemunhas declaram e concordam que este instrumento poderá ser assinado eletronicamente, nos termos do art. 10, parágrafos 1º e 2º da MP 2200- 2/2001, e do artigo 6º do Decreto 10.278/2020, sendo as assinaturas consideradas válidas, executáveis e vinculantes para todos os fins de direito. As **PARTES** renunciam à possibilidade de exigir a troca, envio ou entrega das vias originais (não-eletrônicas) assinadas do instrumento, bem

como renunciam ao direito de recusar ou contestar a validade das assinaturas eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

**11.** Poderá ocorrer a rescisão unilateral do presente contrato nos seguintes casos:

**11.1** Inadimplemento das obrigações de qualquer das PARTES, no que tange às disposições legais ou do presente instrumento;

**11.2** Suspensão, pelas autoridades competentes, da prestação dos **SERVIÇOS**, em decorrência de violação de dispositivos legais vigentes;

**11.3** Decretação de falência, deferimento de Recuperação Judicial, ou ainda a dissolução da sociedade;

**11.4** Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento que prejudiquem ou impeçam a regular prestação dos serviços, tais como, mas não se limitando, tempestades, guerras, desordens, sabotagens, atos terroristas, na forma prevista em lei;

**11.5** Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, nos termos do item 10.5 da cláusula décima do presente instrumento, que impeça a execução do presente instrumento, sendo certo que quando for possível a execução apenas parcial do contrato, as PARTES poderão decidir entre o cumprimento parcial e a rescisão do contrato;

**11.6** Na ocorrência da rescisão contratual prevista nos itens anteriores, as **CONTRATADAS** deverão responder pelo acompanhamento das ações mencionadas até seu esgotamento administrativo e judicial, haja vista sua responsabilidade pelo trabalho desempenhado. De mesmo modo, ficam mantidas as obrigações de comunicação da **CONTRATANTE** a respeito da defesa, estratégias e movimentações relevantes. A **CONTRATANTE** poderá, por sua liberdade, optar por serem representadas administrativa e judicialmente por outro escritório, caso em que revogará os poderes das **CONTRATADAS**;

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

**12.** As **PARTES** signatárias deste contrato estabelecem a presente cláusula referente ao inadimplemento das obrigações pactuadas:

**12.1** As **PARTES** ficam cientes de que o não cumprimento das obrigações previstas neste contrato, tais como pagamento de valores devidos, entrega de bens ou prestação de serviços, caracteriza o inadimplemento contratual;

**12.2** Em caso de inadimplemento, o Credor tem o direito de inscrever o nome do Devedor em órgãos de proteção ao crédito, como o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e a Central de Serviços de Bancos (SERASA);

**12.3** Além da inscrição nos órgãos de proteção ao crédito, o Credor poderá promover o protesto extrajudicial do título de crédito ou documento representativo da dívida, conforme legislação vigente;

**12.4** As PARTES reconhecem que o inadimplemento autoriza o Credor a buscar a satisfação do crédito por meio de ação judicial de execução, visando à cobrança dos valores devidos;

**12.5** Em caso de inscrição nos órgãos de proteção ao crédito ou ajuizamento de ação de execução, o Devedor arcará com todas as custas processuais, despesas cartorárias e honorários advocatícios;

**12.6** Em caso de rescisão unilateral do contrato ou infringência de cláusulas contratuais e legais, fica estipulada multa contratual no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito administrativo apurado em favor da parte prejudicada.

**12.7** As partes declaram estar cientes das consequências do inadimplemento e concordam com os termos desta cláusula.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS REFLEXOS FUTUROS

**13.** Após a finalização do trabalho, as **CONTRATADAS** acompanharão anualmente os reflexos futuros dos itens identificados que vierem a reduzir a carga tributária futura da **CONTRATANTE** previstos neste **CONTRATO pelos próximos 60 (sessenta) meses**, contados a partir da homologação dos créditos/benefícios;

**13.1** Entende-se por reflexos futuros os benefícios gerados nos casos identificados pelas **CONTRATADAS** durante a vigência do presente contrato que ocasionem redução da carga tributária. Identificado o benefício e apresentado para a **CONTRATANTE**, após aprovação, serão devidos os honorários no percentual pactuado;



**13.2** Para cumprimento desta cláusula, a CONTRATANTE se comprometem a garantir os acessos, conforme cláusula 2.4 do presente contrato, sob pena eximir as CONTRATADAS do cumprimento desta cláusula de reflexos futuros.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO SEGURO GARANTIA

**14.** Para garantir o fiel e perfeito cumprimento de todas as obrigações ora ajustadas, deverá este contrato estar resguardado pela apólice de seguro de Responsabilidade Civil Profissional, abaixo discriminada e ora anexada.



APÓLICE RC PROFISSIONAL

Filial Emissora FLORIANÓPOLIS	Apólice 1007800387982	Endosso 0000000	Proposta 23185494	Dt. Emissão 01/02/2024
Grupo RESPONSABILIDADES	Ramo 78 - R. C. PROFISSIONAL	Processo Susep 15414.611232/2021-36	Moeda REAL	Cosseguro NÃO

Seguradora: **BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS SA - 01414**  
 Endereço: **AV PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE, 1455 15 AND**  
 CNPJ: **07.021.544/0001-89**  
 SAC: **0800-777-3123**

Para falar com a Ouvidoria Berkley ligue para: **0800-797-3444**  
 ou envie um e\_mail para: **ouvidoria@berkley.com.br**



**BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS SA - 01414**

**14.1** A referida Garantia terá validade até a finalização da prestação dos serviços das **CONTRATADAS**, ou enquanto perdurar a vigência deste instrumento particular;

**14.2** Caso ocorra vencimento da garantia antes do encerramento das obrigações contratuais, as **CONTRATADAS** providenciarão a respectiva renovação.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

**15.** As **PARTES** elegem o foro da Cidade de Curitiba/PR, para o fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, mesmo existindo outro mais benéfico.

Curitiba, 1 de agosto de 2024.

## CONTRATANTE

---

### COMERCIAL DE VEICULOS ZUM LTDA

CNPJ sob o nº 66.192.634/0001-00

## CONTRATADAS



---

### TRIBUTO JUSTO - TECNOLOGIA, CONSULTORIA E AUDITORIA TRIBUTÁRIA LTDA

CNPJ nº 51.979.018/0001-18

### MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIA LTDA

CNPJ nº 38.661.672/0001-10